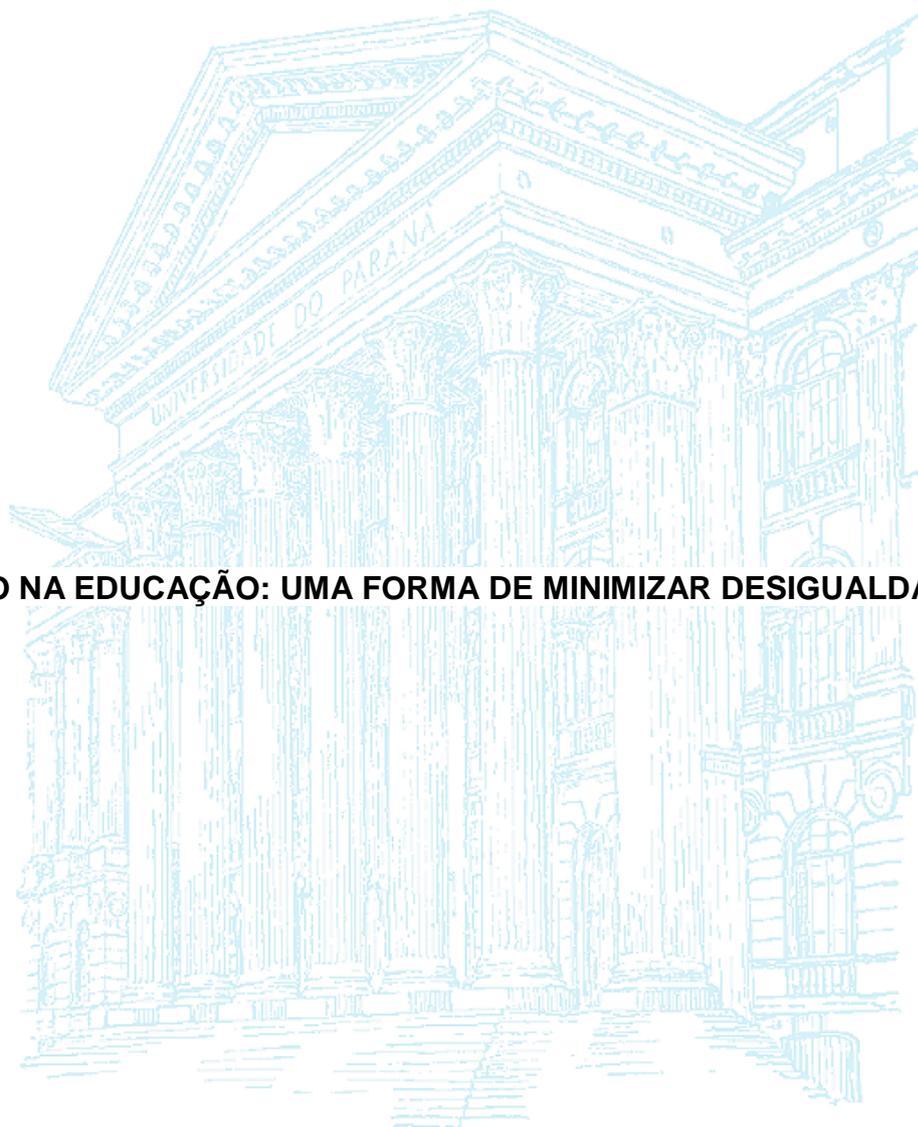


**VANESSA PORFÍRIO**

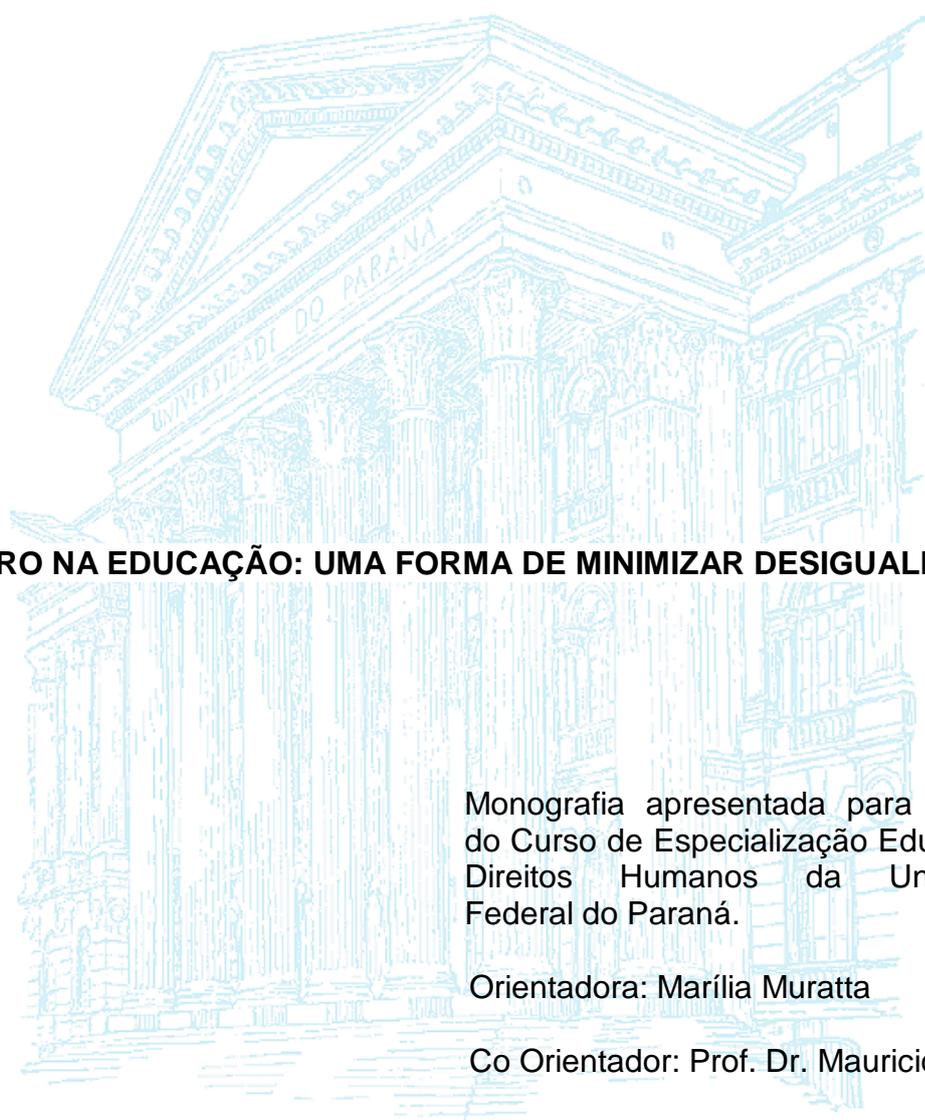
**GÊNERO NA EDUCAÇÃO: UMA FORMA DE MINIMIZAR DESIGUALDADES**



**CURITIBA**

**2015**

**VANESSA PORFÍRIO**



**GÊNERO NA EDUCAÇÃO: UMA FORMA DE MINIMIZAR DESIGUALDADES**

Monografia apresentada para conclusão do Curso de Especialização Educação em Direitos Humanos da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Marília Muratta

Co Orientador: Prof. Dr. Mauricio Polidoro

**CURITIBA**

**2015**

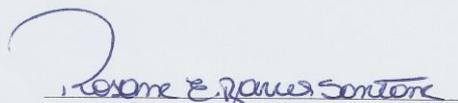
## PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os membros da Banca Examinadora designada pela Co-Orientadora Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. **MARÍLIA PINTO FERREIRA MURATA** realizaram em 13/06/2015 a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante **VANESSA PORFÍRIO**, sob o título “*Gênero na educação: uma forma de minimizar desigualdades*”, para obtenção do Título de Especialista em *Educação em Direitos Humanos* pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo a estudante recebido nota “ 8,8 ” e conceito “ APL ”.

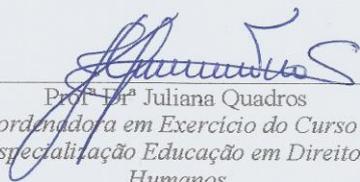
Matinhos, 13 de junho de 2015.



Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Marília Pinto Ferreira Murata  
Co- Professora do Curso de Especialização  
Educação em Direitos Humanos – Pólo  
Pontal do Paraná



Prof<sup>ª</sup>. Rosane C. Barros Santana  
Tutora do Curso de Especialização Educação  
em Direitos Humanos – Pólo Pontal do Paraná



Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Juliana Quadros  
Coordenadora em Exercício do Curso de  
Especialização Educação em Direitos  
Humanos



VANESSA PORFÍRIO  
Estudante do Curso de Especialização  
Educação em Direitos Humanos  
UFPR Setor Litoral

## RESUMO

Este trabalho é o resultado de uma pesquisa que visa encontrar formas viáveis de reduzir as desigualdades sociais por meio da educação, estendendo as discussões sobre gênero e sexualidade. Sobretudo quando se compreende que muitos preconceitos, violências e exclusões estão enraizados nas relações de gênero. Para tanto, esta pesquisa foi lançada através de revisões bibliográficas, tendo como norteadores principais os teóricos Richard Miskolci e Guacira Louro para discutir sobre a necessidade de se trabalhar com as questões de gênero. Também foi realizada uma pesquisa de campo, através de aplicação de questionário, afim de analisar as falas de mulheres, procurando identificar suas noções sobre a temática gênero, tentando reconhecer suas trajetórias de vida e experiências escolares. Quanto à sexualidade, destaca-se urgência em modificar as abordagens dadas pelos cursos de Educação, no sentido que precisa desnaturalizar as práticas discursivo-institucionais e as relações de poder que constituem nossos corpos. Trata-se de um ultimato: ou a Educação aprende a politizar as questões de gênero e sexualidade ou continuará guardiã das normas que tanto excluem, violentam e matam. Entretanto, antes de tudo, foi necessário entrar na questão das políticas públicas que veem sendo implementadas no Paraná. Dentre elas analisou-se o programa do governo federal “Mulheres Mil”, destinado ao atendimento de mulheres excluídas: de baixa renda, vulneráveis socialmente e de baixo nível de escolaridade. Uma das cidades em que o programa é ofertado é Paranaguá/PR, através do Instituto Federal do Paraná. Estruturado em três eixos (educação, cidadania e desenvolvimento sustentável) o programa atende mulheres que por alguma razão abandonaram os bancos escolares, que ao retornarem buscam uma oportunidade para a melhoria da qualidade de vida e de autonomia, conforme a própria pesquisa de campo nos apontou.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gênero, Sexualidade, Escola, Educação.

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1</b> .....	25
<b>FIGURA 2</b> .....	25
<b>FIGURA 3</b> .....	26

## SUMÁRIO

1. Introdução.....	07
2. Relações de Gênero e Sexualidade na Escola.....	09
3. Políticas Educacionais em Gênero e Sexualidade no Paraná.....	11
4. “Mulheres Mil”: Exemplo de Política Pública adotada em Paranaguá.....	19
5. Metodologia.....	27
6. Resultados Entrevista “Mulheres mil e suas histórias de vida”.....	28
7. Considerações Finais.....	35
8. Referências.....	36
9. Anexos.....	38

## 1. INTRODUÇÃO

A educação é considerada a principal garantia de conquista de liberdade e igualdade de oportunidade a todos os cidadãos, mas, por outro lado, também é responsável pela perpetuação de preconceitos e desigualdades.

Ao reproduzir regras para o comportamento do ser humano, a escola reflete a sociedade, originando condutas e regras de vivência do gênero e da sexualidade. Ao delimitar as atividades - femininas ou masculinas - ela reflete a “heteronormatividade compulsória”: uma marca imposta aos sujeitos que, mesmo involuntariamente, afirma a condição heterossexual como pré-estabelecida pela natureza. Ou seja, “uma matriz heterossexual delimita os padrões a serem seguidos”. (LOURO, 2004, p.17).

Em outras palavras, a nossa representação de gênero vai sendo formada ao longo de nossa socialização. As questões de gênero estão relacionadas à forma como as pessoas percebem os diferentes papéis sociais, estabelecendo padrões fixos daquilo que é “próprio” para o feminino, para a mulher, bem como para o masculino, o homem. Esses papéis que são atribuídos aos sujeitos se expressam em seus corpos e marcam suas vidas. (LOURO, 2004).

Para ilustrar essas marcas trouxemos as experiências vivenciadas por João Nery<sup>1</sup>. João hoje é um transhomem<sup>2</sup>. Aliás, foi o primeiro do Brasil! “Reconheço-me

---

<sup>1</sup> João Nery é uma referência nacional, como outros/as que permanecem anônimos/as. Os efeitos perversos da transfobia se expressam em sua vida. Em 1973, formou-se em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Também exerceu a docência e a psicoterapia. No entanto, com sua nova identidade, todos seus direitos conquistados anteriormente foram interditados como, por exemplo, o currículo escolar e profissional. Em “Viagem solitária – Memórias de um transexual trinta anos depois” de autoria de João W. Nery encontramos elementos significativos para o entendimento da relevância de se celebrar, em pleno século XXI, a data de 28 de junho como Dia Mundial do Orgulho LGBT.

<sup>2</sup> Traduzido do francês *transhomme*, o termo é utilizado pela teórica *queer* francesa Marie-Hélène Bourcier para se referir aos sujeitos que foram identificados no nascimento como pertencentes ao “sexo” feminino e que se identificando com o gênero masculino, recorrem às intervenções cirúrgicas ou ao seu desejo de se submeter a elas. Um site interessante sobre o tema é o do Instituto Brasileiro de Transmasculinidade: <http://institutoibrat.blogspot.com.br/p/saiba-mais-sobre-transhomens.html>.

homem desde os 4 anos, mas na adolescência a incoerência que eu vivia era brutal”, relembra Nery em entrevista<sup>3</sup>.

Esta pesquisa foi realizada por meio de revisões bibliográficas em Louro (2004) e Miskolci (2013) a fim de discutir sobre a necessidade de abordar as questões de gênero na escola, evidenciando as políticas públicas que vêm sendo implementadas no Paraná. Como exemplo, foi realizada uma análise sobre o Programa Mulheres Mil, que se destina a atender mulheres em Paranaguá, excluídas, de baixa renda, vulneráveis socialmente e com baixo nível de escolaridade. Por alguma razão abandonaram os bancos escolares e agora retornam para garantir mais que uma opção do mercado de trabalho - a garantia da equidade. Este dado foi comprovado através de uma pesquisa de campo realizada por meio de aplicação de questionário. Buscou-se analisar as falas destas mulheres integrantes do programa, procurando identificar suas noções sobre a temática gênero, tentando reconhecer suas trajetórias de vida e experiências escolares.

---

<sup>3</sup> Aos 63 anos, ele é pai, avô e escolheu ser chamado de João, apesar de ter nascido mulher. Conheça João W. Nery, o primeiro transexual “H” operado no Brasil. Disponível em: <http://igay.ig.com.br/2013-03-11/joao-w-nery-nao-preciso-de-um-penis-para-mesentirmasculino.html>. Acesso em 01/05/2015.

## 2. RELAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA

A escola faz investimentos no corpo por meio de discursos e de práticas, que tem como intuito estabelecer regras que se aplicam aos sujeitos no tocante a sua sexualidade, suscitando preconceitos, desigualdades e exclusão.

Para Miskolci (2013, p.14) “a prova de que o gênero masculino e feminino são construções sociais está na própria escola, já que chegou a separar meninos e meninas em salas distintas, contribuindo para fabricar sujeitos diferentes”. Para este autor as atividades presentes - principalmente nas aulas de educação física - são necessárias para perceber a continuidade da produção escolar das diferenças e das desigualdades entre os gêneros:

Toda vez que separamos grupos nesses dois pólos, o feminino e o masculino, contribuimos para a reprodução da divisão tradicional dos gêneros e, principalmente, para a manutenção dos privilégios dos homens e da subordinação das mulheres. No ambiente escolar, passa-se por um aprendizado que coloca cada um em seu lugar, naquele que lhe cabe segundo a sociedade em que está inserido. Aí aprende-se não apenas sua posição na escala social, sua “raça”, mas, sobretudo, seu gênero. As preferências são construídas e a escola tende a contribuir para que elas sigam um padrão socialmente imposto do que seria certo ou errado, aceitável ou passível de rejeição. A escola é um dos locais privilegiados para que meninos aprendam a ser masculinos e meninas aprendam a ser femininas. O processo educativo restringir essas possibilidades reforçando visões hegemônicas sobre o que é ser masculino ou feminino, portanto, contribuindo para que todos acreditem que são masculinos porque “naturalmente” têm gestos brutos e são mais agressivos, enquanto meninas seriam femininas por serem “por natureza” delicadas e quietas. (MISKOLCI, 2013, p.14-15)

Louro (2004) ressalta que as marcas deixadas pelas práticas e linguagens que constituem sujeitos femininos e masculinos são recorrentes nas memórias de homens e mulheres, assim, na fase adulta relatam como determinados comportamentos foram gravados em suas histórias pessoais.

Nery (2011, p.34-35) apresenta em suas memórias o caráter normativo da sociedade onde interesses e formas de comportamento são estimulados no ambiente escolar seguindo a diferenciação de gênero:

Todos me viam como uma menina. Para mim, era um menino. Havia um abismo entre como me viam e como me sentia. Adorava brincadeiras consideradas de menino. Era reprovado. Gostava de me vestir como os garotos, tentando rivalizar e competir com eles. Era ignorado. Tremia e me apaixonava pelas meninas, mas era impedido de me declarar. Meu sonho era ser um super-herói, mais tarde casar com uma princesa e ser pai. Era incompreendido. Passei, então, a esconder meus sentimentos e minhas aspirações. Fazia ginástica para me tornar forte. Arranjei uma namorada sem que ninguém, nem mesmo ela, tomasse

conhecimento. Mas o que acontecia? Será que o mundo estava de cabeça para baixo? "Tome jeito, menina, parece um homem!"; "isso não é maneira de se comportar!"; "uma mocinha não faz isso, não senta assim, não fala assado, não come assim, não olha assado!" Não! Não! Não! (NERY, 2011, p.34-35)

Nery foi mais uma vítima do preconceito, das violências veladas, presentes nos discursos heteronormativos. Essas foram as marcas de Nery, porém, mais sujeitos serão estigmatizados e definidos como inadequados. Na escola, o sujeito "normal", o corpo desejável é, portanto, o jovem, saudável, magro, bonito e heterossexual.

Para Miskolci (2013, p. 14-15) a crença na naturalidade dos atributos socialmente criados "permite que se constituam os gêneros de forma mais poderosa, pois quando se expõe que a sociedade e a escola fabricam homens e mulheres, fica mais difícil justificar as desigualdades entre eles".

Desta forma, os educadores devem atentar pela responsabilidade que assumem no tratamento diferenciado de meninos e meninas, assim como, conseqüentemente na produção de desigualdades.

Logo, a escola deve adotar um papel fundamental na desmistificação destas diferenças, que permita um olhar mais crítico sobre as identidades de gênero, ao invés de ser um lugar de práticas de desigualdades e de produção de preconceitos e discriminações, como destaca Louro (1997, p. 57):

Diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso. Desde seu início, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos, tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização.

Conclui-se que a sociedade e a escola, atribuem papéis e modelos que a maioria das crianças segue para que não se sintam excluídos.

### 3. POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM GÊNERO E SEXUALIDADE NO PARANÁ

Esta investigação entende ser importante, neste momento, trazer um breve histórico das políticas públicas em gênero e sexualidade no Estado do Paraná, por considerar que, apesar dos enfrentamentos e da dificuldade em se difundir a discussão no âmbito das escolas e universidades, a Secretaria da Educação do Paraná (SEED/PR) tem uma caminhada singular e pioneira no Departamento da Diversidade, através da criação de um núcleo/uma coordenação em gênero e diversidade sexual.

É importante salientar que o Estado do Paraná ocupa o 3º lugar com relação aos homicídios contra mulheres, de acordo com pesquisa realizada em 2010 pelo Instituto Sangari, publicado no Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, em Brasília, em junho de 2013. Piraquara é a cidade do estado com maior incidência de mortes. Esses dados comprovam a ineficácia das políticas públicas de enfrentamento às violências contra mulheres, pois a cada 10 homens que morrem, uma mulher também é assassinada:

Os homicídios aumentaram nos últimos 30 anos. Conforme o Instituto Sangari<sup>4</sup> nos últimos 30 anos foram assassinadas no país perto de 91 mil mulheres, sendo que 43,5 mil só na última década. O número de mortes nesses trinta anos passou de 1.353 para 4.297, o que representa um aumento de 217,6%, mais que triplicando. Dentre os 84 países do mundo, o Brasil ocupa a 7ª posição com uma taxa de 4,4 homicídios, em 100 mil mulheres, atrás apenas El Salvador, Trinidad e Tobago, Guatemala, Rússia e Colômbia. Como se percebe, nesses 20 anos, os estados do Espírito Santo e de Alagoas alternaram-se nos dois primeiros lugares. Surpreende a posição do estado do Paraná, agora em 3º lugar e o deslocamento de Pernambuco, para a 10ª posição. Isso demonstra a inexistência ou a ineficácia das políticas públicas de enfrentamento às violências contra mulheres, especialmente nos estados que concentram as taxas mais elevadas. (Relatório Final, Comissão parlamentar mista de inquérito, Brasília, junho, 2013)<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> O Mapa da Violência 2012 - Anatomia dos Homicídios no Brasil é o décimo de uma série publicada desde 1998 e que se tornou referência internacional sobre o tema. A Pesquisa intitulada "Homicídio de Mulheres no Brasil", realizada entre 2007/2010, segundo dados do Subsistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde, faz uma tabulação nacional das Certidões de Óbito, foram registrados 19.440 homicídios de mulheres. Algo perto de 4.000 homicídios ao ano. Isto dá uma média nacional de 4.2 homicídios em 100 mil mulheres. Disponível em <http://www.sangari.com/mapadaviolencia/mapa2010.html>

<sup>5</sup> Relatório Final, Comissão parlamentar mista de inquérito, Brasília, junho, 2013. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=130748&tp=1>

Sabemos que vêm aumentando nas últimas décadas as mortes violentas de mulheres em relação aos demais homicídios: houve um aumento de 230% de assassinatos de mulheres. Um crescimento de 124% de 1980 a 2010.

Os pais aparecem como os agressores quase exclusivos até os 9 anos de idade das mulheres, e na faixa dos 10 aos 14 anos, como os principais responsáveis pelas agressões. Nas idades iniciais, até os 4 anos, destaca-se sensivelmente a mãe. A partir dos 10 anos, prepondera a figura paterna como responsável pela agressão. Esse papel paterno vai sendo substituído progressivamente pelo cônjuge e/ou namorado (ou os respectivos ex), que preponderam sensivelmente a partir dos 20 anos da mulher, até os 59. A partir dos 60 anos, são os filhos que assumem o lugar de destaque nessa violência contra a mulher. (BRASIL, 2012, Mapa da Violência. Atualização: Homicídios de mulheres no Brasil. p. 20-21)

A Lei nº 11.340/2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha, é uma das respostas do Estado aos grandes índices de violência doméstica e familiar contra as mulheres. O Mapa da Violência<sup>6</sup> demonstrou que as taxas experimentam um leve decréscimo em seu primeiro ano de vigência, porém voltou imediatamente a crescer de forma rápida até o ano 2010. Portanto, outras formas de enfrentamento devem ser adotadas como forma de minimizar esses dados.

Um dado que comprova a violência doméstica é o local que levou à morte da vítima, indicado pelo Mapa da Violência: “entre os homens, só 14,3% dos incidentes aconteceram na residência ou habitação. Já entre as mulheres, essa proporção eleva-se para 41%”.

Vemos que em todas as faixas etárias, o local de residência da mulher é o que decididamente prepondera nas situações de violência, especialmente até os 10 anos de idade e a partir dos 30 anos da mulher. Esse dado, 71,8% dos incidentes acontecendo na própria residência da vítima, permite entender que é no âmbito doméstico onde se gera a maior parte das situações de violência vividas pelas mulheres. No sexo masculino, a residência, apesar de também ser elevado, representa 45% dos atendimentos por violência. Em segundo lugar, e bem distante dessa elevada concentração, a via pública, com 15,6% dos atendimentos, aparece também como local de ocorrência dos incidentes violentos, com especial concentração entre os 15 e os 29 anos de idade. A escola, que no total apresenta baixa incidência, tem significação entre os 5 e os 14 anos, faixa da escolarização obrigatória, dando a entender que a escola também ingressou nos locais de germinação de violência. (BRASIL, 2012, Mapa da Violência. Atualização: Homicídios de mulheres no Brasil. p.18)

---

<sup>6</sup> Dados registrados em [www.mapadaviolencia.org.br](http://www.mapadaviolencia.org.br)

Como grande vitória, presenciamos, em 9 de março de 2015, o sancionamento da Lei nº 13.104 pela Presidenta da República Dilma Rousseff, que tipifica o feminicídio como forma qualificada de homicídio, incluindo-o no rol do parágrafo 2º do artigo 121 do Código Penal.

Mesmo com a alteração do Código Penal, somos assombrados por altos índices de violência contra a mulher. Dado que comprova a importância da entrada da temática 'orientação sexual' nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Essa ação promovida pelos discursos legais trouxe à tona a Sexualidade e a diversidade sexual no âmbito das políticas educacionais do contexto nacional.

Portanto, o presente estudo tem como intuito compreender como as políticas públicas paranaenses reagiram com relação às questões de sexualidade e diversidade sexual no ensino público.

A Secretaria da Educação do Paraná (SEED/PR), ao definir um lugar institucional para inserir a discussão pedagógica sobre as temáticas referentes às relações entre os gêneros e as sexualidades na escola, criou uma equipe técnico-pedagógica que elaborou e programou uma Política Pública Educacional de Gênero e Diversidade Sexual.

As discussões sobre gênero e sexualidade começaram a ganhar espaço na educação pública paranaense a partir do final da década de 1990 com a sanção das Leis Nº 11.733 e 11.734, ambas de 1997, que legitimavam a veiculação de campanhas de Educação Sexual e prevenção à AIDS nos estabelecimentos de ensino da Rede Pública Estadual da Educação Básica. Entretanto, essa orientação legal criou uma cultura escolar que limitou as discussões aos professores de Ciências e Biologia e ao enfoque na prevenção às DST, AIDS e gravidez na adolescência.

Apesar da abordagem fundamentada pelo determinismo biológico, a temática serviu para fomentar discussões mais amplas, com outras perspectivas, a exemplo daquelas que compreendem o sujeito como uma construção social, que possui desejos, os quais não permeiam somente as questões de prevenção e saúde, mas abordam também as relações entre os gêneros, as feminilidades e masculinidades e as múltiplas sexualidades. Assim, atualmente, para a SEED, gênero e sexualidade são abordagens que devem estar presentes em todas as

disciplinas do Currículo Escolar, apresentando valiosa contribuição para cada uma delas.

Como forma de compreender a concepção de sexo e sexualidade presentes nos documentos oficiais da SEED, é possível entendê-los como produtores de significados que instituem valores, crenças e regras no interior da prática docente.

Ao se analisar a Constituição Federal de 1988, se verifica que não há menção sobre a discriminação proveniente de orientação sexual, porém, em dois artigos, é tratada a igualdade de direitos que, desta forma, abrange todos os cidadãos brasileiros:

Art. 3º – Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

[...]

IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

[...]

Art. 5º – Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. (BRASIL, 1988).

Considerados de fundamental importância, a seguir se realiza uma breve análise da trajetória dos marcos legais disponibilizados na página eletrônica da SEED<sup>7</sup>.

O primeiro marco importante é o Decreto Nº 5.397 de 22 de março de 2005 que dispõe sobre a composição, competência e o funcionamento do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD). Tal conselho tem por função acompanhar e avaliar as políticas públicas afirmativas de promoção da igualdade e da proteção dos direitos de indivíduos e grupos sociais e étnicos que são discriminados. O CNCD é composto por órgãos ministeriais, representantes de organizações não governamentais da população negra, indígena e do segmento Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais.

Publicada em 24 de novembro de 2005, a Portaria Nº 4.032, instituiu um Grupo de Trabalho (GT) designando como função o acompanhamento da

---

<sup>7</sup> <http://www.educacao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=235>

implementação do “Programa Brasil sem Homofobia”<sup>8</sup> que garanta o direito à educação da população GLTB (Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais) e tendo como meta a promoção ao respeito à diversidade de orientação sexual e de identidade de gênero nos sistemas educacionais brasileiros.

No estado do Paraná, as ações voltadas ao público GLTB se intensificaram a partir do ano de 2007. O avanço dos debates em torno da nova política educacional do Estado e o envolvimento dos movimentos sociais contribuíram para a criação do Departamento da Diversidade e em seu bojo, da Coordenação dos Desafios Educacionais Contemporâneos (CDEC). Nessa coordenação, foi inserida uma equipe para refletir e discutir sobre a sexualidade e o uso indevido de drogas no âmbito escolar. Nesse contexto, as discussões sobre esses temas foram pensadas de forma conjunta, o que pode hoje ser avaliado como um retrocesso, se considerarmos as divergências de abordagem pedagógica sobre as temáticas.

Duas conferências pioneiras foram convocadas no ano de 2007. A primeira conferência estadual GLTB foi convocada através do Decreto Estadual Nº 2.228 de 28 de fevereiro de 2007 e teve como motivo primordial discutir formas de promover a cidadania desta população historicamente excluída. A temática da conferência foi Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Em âmbito nacional, a primeira Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais seria convocada em 28 de novembro do mesmo ano.

No entanto, no ano de 2008, percebeu-se que os temas abordados pela Coordenação dos Desafios Educacionais Contemporâneos (CDEC) não poderiam caminhar juntos. Sendo assim, a equipe de Sexualidade passou a ser responsabilidade da Diretoria de Políticas e Programas Educacionais (DPPE). Neste mesmo período, essa equipe foi dividida, dando origem a duas equipes distintas: uma destinada aos assuntos da sexualidade; outra de prevenção ao uso de drogas. Avanços tímidos ocorreram nesse período em relação à inserção das discussões sobre as relações entre os Gêneros e a Diversidade Sexual, cujo enfoque continuava limitado à prevenção e promoção da saúde de adolescentes e jovens.

---

<sup>8</sup> [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil\\_sem\\_homofobia.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf)

Entretanto, com a reestruturação da equipe de Sexualidade, que no ano de 2009 foi inserida no Departamento da Diversidade (DEDI), passou-se a trabalhar com enfoque “na produção de materiais de apoio pedagógico e na formação continuada das/dos profissionais da educação” (BELLO; LUZZI, 2009, s/p). Percebeu-se também a necessidade de inclusão social dos sujeitos que compõem a classe GLTB, assim, também no ano de 2009, o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NGDS) assumiu o compromisso com os sujeitos das relações entre os gêneros e das diversas identidades sexuais que têm se organizado historicamente como movimentos associados na busca pela igualdade de direitos e pelo acesso à educação.

Institucionalmente, começa-se a evidenciar que a discriminação e o preconceito são fatores determinantes aos baixos índices de desempenho escolar e na evasão de sujeitos lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, negras e negros do espaço escolar. Essas evidências foram divulgadas em 2009, embasada nos registros coletados nas pesquisas solicitadas pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP) à Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) que utilizou dados da Prova Brasil, de 2007.

As ações do Departamento da Diversidade (DEDI) foram orientadas por meio da articulação de três eixos principais de trabalho. O primeiro se remete à “Prevenção e Promoção da Saúde”, que aborda a prevenção à gravidez na adolescência e a transmissão de doenças sexualmente transmissíveis; o segundo eixo está ligado ao “Gênero” e luta para desnaturalizar as relações de poder quanto à diferença de gênero, bem como, acabar com a invisibilidade da mulher como um sujeito histórico; o terceiro eixo trabalha com a “Diversidade Sexual”, abordando os direitos civis e sociais de todos e de todas, as ações preconceituosas e a discriminação contra pessoas cujas suas identidades sexuais não são hegemônicas. Os eixos são trabalhados em cursos de capacitação e formação continuada, por meio de produção de materiais didáticos, por exemplo.

O ano de 2011 foi decisivo para a educação pública paranaense, considerando os encaminhamentos político-pedagógicos das discussões sobre as relações entre os gêneros e a diversidade sexual. Na gestão do Secretário de Estado da Educação, Flavio Arns, o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual

transforma-se em Coordenação da Educação das Relações de Gênero e Diversidade Sexual (CERGDS), chefiada pela Professora Dayana Brunetto. Assim, a Política Pública Educacional de Gênero e Diversidade Sexual da SEED assumiu novos rumos.

Adquirindo equidade com as outras coordenações criadas<sup>9</sup>, a Coordenação da Educação das Relações de Gênero e Diversidade Sexual (CERGDS) passou a realizar cursos de formação e a implementar ações afirmativas de acesso e permanência dos sujeitos das relações entre os gêneros e da diversidade sexual nas escolas, a exemplo do nome social de travestis e transexuais.

O reconhecimento do Nome Social foi efetivado em 2010, possibilitando com que a pessoa pudesse ser reconhecida a partir do nome que lhe confere identidade já no sistema de registro da secretaria escolar, o que representa um marco para a educação pública brasileira e paranaense. Entende-se, aqui, como nome social, a nomeação pela quais travestis e transexuais se identificam e são identificadas/os pelos seus pares. Contudo, o nome social é o exemplo ímpar de uma lei que chega ao Estado do Paraná, mas que não é ainda reconhecida nos debates escolares. É recorrente que travestis e transexuais ainda sofram violência de todas as formas, sendo estigmatizadas/os, quando não, perseguidas/os na escola.

Para esclarecer questões dos procedimentos a serem adotados referentes ao nome social, foi encaminhado às instituições do Sistema Estadual de Ensino do Paraná, a Instrução Conjunta N.º 02/2010 - SEED/SUED/DAE de 20 de maio de 2010 que recomenda a promoção de amplo debate sobre a inclusão do nome social do aluno e/ou da aluna travesti ou transexual nos documentos escolares internos.<sup>10</sup>

Também, nesse ano (2010), iniciou-se a elaboração do “Projeto Piloto de Protagonismo Juvenil”, uma proposta que acredita na força construtiva, formativa e de ação dos adolescentes e jovens inseridos na educação formal. Com uma linguagem jovem e dinâmica, o projeto busca fomentar as discussões sobre as relações dentre os gêneros e as sexualidades, focando-se sempre no enfrentamento da violência contra meninas/mulheres, meninos/homens, lésbicas/gays,

---

<sup>9</sup> São elas: Coordenação de Educação Escolar Indígena (CEEI), Coordenação de Educação Escolar do Campo (CEEC), Coordenação da Educação das Relações da Diversidade Etnico-Racial (CERDE) e a Coordenação do Pró-Jovem Urbano.

<sup>10</sup> O Documento está disponível em:

<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/instrucoes/instrucaconjunta022010.pdf>

travestis/transexuais, bissexuais/heterossexuais e na sensibilização para uma sexualidade saudável, livre e consciente.

Atualmente, a CERGDS conta com profissionais da educação, dentre os quais técnicos pedagógicos e administrativos, que somam esforços para levar até a escola a discussão sobre as relações de gênero e a identidade sexual, acreditando sempre em uma escola plural, múltipla, que reconheça, respeite e valorize a diferença e a diversidade.

Entre as diversas ações formativas realizadas pela SEED/DEDI/CERGDS, nesta área de discussão, destacam-se os Encontros Estaduais de Educação LGTB, em sua segunda oferta. Estes encontros têm a finalidade de discutir ações que visem o acesso e permanência desses sujeitos dentro do ambiente escolar. Os cursos contaram com a participação de mais de 800 profissionais da educação e lideranças dos movimentos sociais, possibilitando as discussões pedagógicas sobre o direito a educação, as relações entre os gêneros, a diversidade sexual, as relações raciais e a inclusão, bem como o respeito ao enfrentamento dos preconceitos e das discriminações na escola. Na segunda edição do encontro, foram convidados os funcionários das escolas para se somarem às discussões, considerando que os pensamentos preconceituosos e as práticas discriminatórias acontecem em todos os espaços da escola.

Em suma, conclui-se que as ações da SEED juntamente com o NGDS são importantíssimas para discutir temas que nas escolas muitas vezes são deixados em segundo plano, uma vez que elas se empenham em sensibilizar a comunidade escolar, fomentando o desejo de se discutir sobre essas demandas, por meio das disciplinas e também nas ações pedagógicas de todos os envolvidos na relação de ensinar e aprender, abrangendo assim, toda a comunidade escolar. Iniciativas como essas são fundamentais para que se mude a concepção a respeito das identidades sexuais, que em conjunto da realização de cursos de formação continuada, possibilitam também a produção de materiais didáticos sobre os temas.

#### **4. “MULHERES MIL”: EXEMPLO DE POLÍTICA PÚBLICA ADOTADA EM PARANAGUÁ**

O Programa “Mulheres Mil” destina-se a atender mulheres de baixa renda, vulneráveis socialmente e de baixo nível de escolaridade; moradoras de comunidades com baixo índice de desenvolvimento humano no Brasil. (BRASIL, 2015). Estas mulheres, por alguma razão abandonaram os bancos escolares e agora retornam para garantir mais que uma opção do mercado de trabalho - a garantia da equidade.

O Programa Mulheres Mil parte de um plano de políticas públicas do Governo do Brasil que está inserido no conjunto de prioridades, especialmente nos eixos promoção da equidade, igualdade entre sexos, combate à violência contra a mulher e acesso de todos à educação. (BRASIL, 2015).

Sabemos que, embora a passos lentos, o país caminha contra o enfrentamento das desigualdades entre homens e mulheres, embora ainda se perceba que a desigualdade entre gêneros persistem. Nos empregos, nas organizações e nas remunerações, percebe-se a distinção de gênero:

No último pleito, o povo brasileiro elegeu, pela primeira vez, uma mulher para a Presidência da República, demonstrando maturidade ao reconhecer e respeitar o espaço social e político conquistado e ocupado pelas mulheres neste País, um reconhecimento que não é condizente com os altos índices de violência que as vitimam, com a ausência de políticas públicas eficazes para o enfrentamento dessa violência nem tampouco com a tolerância das instituições do sistema de justiça em relação a tal perversidade. (Relatório Final, <http://www.senado.gov.br/>, Brasília, junho, 2013)

Sobre as desigualdades entre os sexos, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) demonstram que mesmo as mulheres sendo maioria, a desigualdade de gênero está presente no Brasil e 73% das mulheres ganham menos que seus homens. Assim, de acordo com o Censo de 2010, as mulheres já são mais da metade da população do Brasil, correspondendo a 97.348.809 dos 190.732.694 de brasileiros residentes do país (IBGE, 2010).

Sabendo que as diferenças existentes entre homem e mulher, não são ocasionadas pela diferença biológica, mas sim, decorrentes de construções sociais, elas são observadas no mundo do trabalho:

Nesse sentido, as relações de gênero são sustentadas e estruturadas por uma rígida divisão sexual do trabalho, onde o trabalho masculino ainda é, na sua maioria, mais valorizado que o feminino. Os homens são responsáveis pelo “sustento da família”, trabalhando, portanto, na produção e exercendo funções de elevado valor social agregado (políticas, religiosas, militares) enquanto as mulheres são excluídas da esfera pública, cabendo a elas as atribuições da reprodução (BEAUVOIR, 2009, p. 58).

Segundo dados do IBGE as mulheres estudam mais do que os homens, a proporção de mulheres com idade entre 18 e 24 que estavam no ensino superior em 2010 é de 15,1%, contra 11,3% dos homens. Porém, no passado os resultados eram contrários:

Analisando-se as proporções de alfabetizados a partir da idade e sexo, é possível analisar com clareza que as proporções de alfabetizados são, significativamente, maiores para as mulheres até os 40 anos de idade. A partir daí, os homens apresentam taxas superiores às das mulheres. Este fenômeno, que já vinha ocorrendo em 1991, ainda se mantém em 2000, em todas as Grandes Regiões. Uma provável explicação para esse fato é que no passado (até os anos 60) os homens ainda tinham mais acesso à escola do que as mulheres. Regionalmente, este fenômeno é mais evidente no Sul e Sudeste, dado que a expectativa de vida das mulheres, além de ser consideravelmente elevada, tem diferenciais mais altos em relação aos homens. Portanto, a tendência é de que, nessas duas áreas, resida um maior número de idosas com escolaridade mais baixa. (IBGE, 2002 p.18)

Porém, de acordo com próprio IBGE elas continuam recebendo menos do que eles, mesmo atuando na mesma área: os homens que trabalhavam no setor de serviços em 2010 tinham rendimento médio de R\$ 4.078,00. As mulheres que atuavam no mesmo setor ganhavam em média R\$ 2.171,20, ou seja, pouco mais da metade do que eles ganhavam (53,2%).

A situação educacional das responsáveis pelo domicílio apresentou melhorias significativas no período de 1991/2000: houve queda substancial nas taxas de

analfabetismo e, ao mesmo tempo, aumento regular da escolaridade em todas as faixas etárias (IBGE, 2002).<sup>11</sup>

No entanto, as desigualdades educacionais verificadas entre as grandes regiões do País são elevadas e estáveis ao longo do período analisado. Continua sendo o contingente de mulheres responsáveis pelo domicílio residentes no Nordeste aquele que apresenta os piores indicadores educacionais, evidenciando a continuidade das desigualdades espaciais no Brasil. Há consenso entre os especialistas em desenvolvimento de que a educação é fundamental para a redução das disparidades sociais e econômicas. Além disso, a tendência à revalorização dos conteúdos da educação geral é um elemento chave nos processos de qualificação profissional com vistas às novas tecnologias. Portanto, o nível de instrução dos responsáveis pelo domicílio, principalmente para aqueles do sexo feminino, é determinante para avaliar o bem-estar de seus dependentes. (IBGE, 2002, p.19)

Considerando-se a importância do ensino fundamental e médio para assegurar a formação mínima do cidadão no ingresso no mundo do trabalho, os dados do Censo 2000 revelam que, ainda, grande parcela das responsáveis não atingiu esse nível de escolaridade. É muito expressiva a porcentagem de mulheres responsáveis com até 3 anos de estudo, 37,6%, nível considerado muito baixo. (IBGE, 2002, p.19-20)

Estas mulheres (trabalhadoras ou donas-de-casa) responsáveis por domicílios são mais velhas: um terço delas tem mais de 60 anos, ou seja, 53,3% dos domicílios são chefiados por viúvas. Na faixa etária de 30 a 50 anos as mulheres são separadas ou divorciadas. Porém, destaca-se principalmente nas periferias das grandes cidades um número expressivo de lares comandados por mulheres jovens, de 15 a 19 anos, mães solteiras - a principal clientela dos programas de combate à pobreza. Elas são 27,4% que vivem nas áreas mais carentes das periferias urbanas de todo o país (IBGE, 2002, p. 17).

Tentando minimizar esses dados, foi instituído pela portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011 o Programa Nacional “Mulheres Mil” – Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável, inserido no Plano Brasil sem Miséria e coordenado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC).

---

<sup>11</sup> Informações baseadas na publicação “Perfil das Mulheres Responsáveis pelos Domicílios no Brasil, 2000”, Rio de Janeiro, IBGE, 2002.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), o programa destina-se a atender mulheres de baixa renda, vulneráveis socialmente e de baixo nível de escolaridade; moradoras de comunidades integrantes dos Territórios da Cidadania e/ou com baixo índice de desenvolvimento humano, sem o pleno acesso aos serviços públicos básicos (PORTAL MEC, 2012).

De acordo com Portal MEC (2012), o Programa Mulheres Mil é fruto da cooperação internacional Brasil – Canadá – Promoção de Intercâmbio de Conhecimento para a Promoção da Equidade (PIPE).

O público-alvo do projeto são mulheres em condição de vulnerabilidade social residentes em comunidades pobres do Brasil, e que, estejam próximas do seguinte perfil: faixa etária de 18 anos a 60 anos, baixo nível de alfabetização, dificuldade de aprendizagem, pobreza acentuada, condições de moradia precária, baixa autoestima e sem horizontes de vida, experiências educacionais de vida negativas, histórico de violência familiar, histórico de emprego com baixa remuneração e condições adversas, necessidade e precariedade de acesso aos serviços públicos, fragilidade da estrutura de apoio familiar e desconhecimento dos programas e serviços disponibilizados pelos Institutos Federais.

Para que essas mulheres consigam melhorar a qualidade de suas vidas e das suas comunidades, a partir desses eixos, tem-se a expectativa de possibilitar a inclusão social, por meio da oferta de formação focada na autonomia e na criação de alternativas para a inserção no mundo do trabalho, a partir do acesso à educação profissional e à elevação da escolaridade, de acordo com as necessidades educacionais de cada comunidade e a vocação econômica das regiões. (BRASIL, 2015).

No Brasil o projeto iniciou em 2005. A primeira ação nasceu de uma parceria entre o Instituto Federal do Rio Grande do Norte na época Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica (CEFET), e os Colleges Canadenses, onde foi realizado um projeto de extensão que ofereceu capacitação para camareiras (BRASIL, 2001).

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, constituídos pela Lei Federal nº 11.892/2008, devem criar mecanismos para a promoção do acesso das populações afastadas da possibilidade de inclusão ao conhecimento, à tecnologia e à inovação, oferecendo educação profissional e tecnológica para jovens

e adultos, por meio da Formação Inicial e Continuada, atendendo as demandas sociais e peculiaridades regionais (BRASIL, 2012).

Desta forma, os Institutos Federais e demais parcerias são responsáveis pela formulação e execução de projetos locais, sempre examinando as necessidades da comunidade em que estão inseridos, proporcionando o aumento da escolaridade e a inserção no mercado de trabalho.

Os municípios escolhidos para desenvolvimento são aqueles com baixo índice de desenvolvimento humano (IDH) e com mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Seguindo esses requisitos, o Programa “Mulheres Mil” vem oferecendo capacitação, desde 2008, para mulheres do município de Paranaguá/PR, no Bairro Porto Seguro. Paranaguá é uma cidade litorânea que possui 140.469 habitantes (IBGE, 2015).

São grandes os locais de pobreza na região, assim como habitações precárias e irregulares, falta do abastecimento de água e a baixa incidência de habitações servidas por rede de esgoto, que também contribuem para os indicadores de maior impacto sobre as baixas condições de moradia.

Segundo dados apresentados no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá, VOLUME II – Diretrizes, Propostas e Ações Prioritárias, de 2007<sup>12</sup>, Paranaguá possui uma relação entre a renda das famílias e o PIB (produção das atividades econômicas) de 0,30. Ou seja, 30% do que é produzido no município converte-se em renda para as pessoas, gerando um padrão de renda concentrado e refletindo a polarização econômica do município. Assim, de um lado encontram-se grandes indústrias e uma atividade portuária moderna e intensiva em capital e de outro uma periferia urbana dominada pela economia informal e de subsistência, com baixa renda e índice de desenvolvimento social.

---

<sup>12</sup> O documento está disponível em Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá Universidade Federal do Paraná Fundação da Universidade Federal do Paraná VOLUME II – Diretrizes, Propostas e Ações Prioritárias:

[http://www.paranagua.pr.gov.br/plano\\_diretor/PLANO%20DIRETOR/PDF/PDDI%20-%20Volume%20II%20Diretrizes,%20Propostas%20e%20Plano%20de%20A%3%A7%3%B5es%20e%20Investimento.pdf](http://www.paranagua.pr.gov.br/plano_diretor/PLANO%20DIRETOR/PDF/PDDI%20-%20Volume%20II%20Diretrizes,%20Propostas%20e%20Plano%20de%20A%3%A7%3%B5es%20e%20Investimento.pdf)

Ainda que o nível de empregos tenha tido uma evolução positiva, respondendo ao crescimento econômico, o emprego formal representa pouco mais do total de pessoas ocupadas, revelando a predominância de relações de trabalho informais e precárias advindas da agricultura e pesca de subsistência, do emprego não registrado do comércio, construção civil, serviços pessoais, além de um número elevado de autônomos. A condição de informalidade indica não apenas o grau precário de relações de trabalho e a predominância de negócios informais, sobretudo para a população mais pobre que vive da agricultura de subsistência, da pesca, da coleta de lixo e de atividades urbanas (bicos) sazonais associados à temporada de férias, mas também o efeito deste fato na condição de distribuição de renda e da concentração de oportunidades no município. (PARANAGUÁ, 2007, p.52)

O Documento ainda demonstra que a taxa de desemprego observada é de 14,6%, bastante elevada para os níveis estaduais e reflete uma posição típica do litoral paranaense, pois refletem a sazonalidade da ocupação, concentrada nos meses de verão para os municípios turísticos e nos meses de maior concentração de carga agrícola, para Paranaguá. (PARANAGUÁ, 2007, p.53)

Os empregos são concentrados principalmente nas áreas: de pesca, portuária, moveleira, serviços gerais, serviços domésticos, comércio e borracharia. Cerca de 85% dessa população não possuem renda superior a um salário mínimo, 10% possuem renda entre um e dois salários mínimos, 3% recebem mais de três salários e 2% encontram-se desempregadas (PARANAGUÁ, 2012).

Desta forma, o Programa Mulheres Mil funciona como uma iniciativa de destaque no combate à vulnerabilidade na cidade. Em parceria com a Prefeitura Municipal de Paranaguá, através da Secretaria de Assistência Social e do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) do Bairro Vila Garcia, em conjunto com o Governo Federal, executado pelo Instituto Federal do Paraná - Campus Paranaguá.

O objetivo do programa segundo explica a gestora do projeto, professora Adriana Ferreira Gama, é elevar a escolaridade das participantes e gerar oportunidades de renda e educação. As metas, segundo relatos, vêm sendo atingidas:

Cinco mulheres do curso já foram se inscrever no teste seletivo do IFPR e uma boa parcela delas já se matriculou em supletivos ou escolas regulares para elevarem seus níveis de educação, o que mostra que os objetivos estão sendo alcançados. Segundo a gestora, não foi só a rotina das mulheres que mudou com o Programa. “Percebemos que os filhos também foram impactados e os que já estão na idade têm procurado o IFPR para participar do processo seletivo”, afirma. (Programa oferece capacitação para mulheres do Porto Seguro Disponível em: <http://www.paranagua.pr.gov.br/noticias/noticia4563.html>. Publicado em 13 de Setembro de 2013 )



Figura 1: Feira de artesanato organizada pela coordenação do Programa Mulheres Mil. Maio de 2015, Paranaguá/PR.  
Fonte: Internet



Figura 2: Produtos confeccionados pelas integrantes do Programa Mulheres expostos na feira.  
Fonte: Internet

O relato da professora Rosana Jammal, que participa do programa desde 2012, com aulas de Letramento, comprova o progresso destas mulheres, como alunas e cidadãs - com o despertar da autoestima:

Quando eu tive o primeiro contato com as meninas do PROEJA FIC, elas ainda nem estavam cursando o ensino médio e faziam parte do “MULHERES MIL”... A primeira experiência marcou, eram meninas reconstruindo a vida escolar, um tantinho acuadas pela vida. Ontem, creio que dois ou três anos depois (perdi a noção do tempo), encontrei meninas altivas, curiosas, seguras de si e que procuravam informações de como realizar o ENEM... Pois é... o que posso dizer disso?!!! Oras, que vale a pena sim! E muito! (Rosana Jammal, em 26/05/2015)



Figura 3: Integrantes do “Mulheres Mil”, reunidas no Dia Internacional da Mulher. 9 de março de 2015, Campus do IFPR, Paranaguá/PR.  
Fonte: Internet

A pesquisa demonstra que o acesso à educação contribuiu para a diminuição das desigualdades e a inserção destas mulheres - vulneráveis no mercado de trabalho. Essas mulheres adquirem uma nova forma de encarar o mundo, ao assumirem o papel de multiplicadoras de conhecimento em suas comunidades, incentivando outras mulheres a seguirem o mesmo caminho.

## 5. METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa e quantitativa, tendo como fonte estudos de Gênero, além de documentos oficiais da Educação, especialmente da Secretaria Estadual da Educação do Paraná, além de documentos federais, do MEC, que prestigiam o Pronatec. Também foram analisados dados do IBGE, com relação à mulher.

Como metodologia, no dia 02 de julho de 2015, na cidade de Paranaguá, no Instituto Federal do Paraná, foi realizada a pesquisa, com enfoque qualitativo, sendo composta por seis integrantes do Programa “Mulheres Mil”, que aceitaram participar da proposta. O uso do questionário formulado ao decorrer desta pesquisa foi o elemento detonador para alcançar as concepções da amostra. A pesquisa aconteceu em horário de aula, com o acompanhamento da professora Luciana. Fundamentado Louro (2004) e Miskolci (2013), foi proposta uma discussão sobre relações de gênero e mercado de trabalho. As falas foram transcritas e em seguida analisadas.

Este trabalho demonstra o quanto a sociedade é marcada pela heteronormatividade além, é claro, do sexismo e machismo, ideia reforçada pela atitude das entrevistadas que não percebem desigualdades de gênero com relação ao mercado de trabalho, ou mesmo, suas trajetórias de vidas, repletas de significados, de protagonismos.

Se há algum resultado a apontar é a necessidade da quebra do paradigma heteronormativo presente nas sociedades, cuja influencia se dá nas escolas, que resultam em evasão e fracasso escolar.

## 6. Resultado Entrevista “Mulheres mil e suas histórias de vida”

*Veja a nossa vida como está  
Mas eu sei que um dia a gente aprende  
Se você quiser alguém em quem confiar  
Confie em si mesmo  
Quem acredita sempre alcança  
Renato Russo, 1986*

Conforme combinado com a professora Luciana Maestro Borges, no dia 02 de julho de 2015, realizei uma entrevista com seis participantes do programa “Mulheres mil”. As mulheres dividiram tempo e sentimentos, ao abrirem as páginas de suas vidas para uma estranha - a pesquisadora que vos escreve. Ao fim, como forma de agradecimento, resolvi que leria alguns trechos dos poemas “Tecendo a manhã” de João Cabral de Mello Neto e “Não vou mais lavar pratos” de Cristiane Sobral, entregando-os impressos numa folha para que realizassem a leitura completa, posteriormente.

Claro, a confiança que elas têm na sua professora foi fundamental para o sucesso da minha pesquisa de campo.

Fui convidada por ela para que me apresentasse à turma. Inicie dizendo meu nome e, em seguida, emendei dizendo que assim como elas, eu era também uma estudante. Contei que quando fui apresentada ao programa, resolvi saber com maiores detalhes de como ele funcionava e que naquele momento, naquele primeiro contato com elas, de como a ocasião seria proveitosa para conhecê-las melhor e saber como elas se sentiam participando do programa. Disse a elas que ninguém seria obrigada a participar da minha pesquisa, mas caso aceitassem, eu as aguardaria do lado de fora.

Na fala delas, percebi que a maioria das mulheres estavam afastadas do ambiente escolar há muito tempo. Para essa maioria, não se vê dificuldade em ser mulher e ocupar lugar no espaço de trabalho. Todas perceberam mudanças positivas depois do ingresso no Programa.

Sentei-me numa carteira e aguardei. Em pouco menos de três minutos, a porta se abriu e vi se aproximando uma linda mulher com um sorriso escancarado: “alguém teria que vir”, ela me disse. Respondi que ninguém era obrigado a nada na vida. Que se ela optasse, não precisaria responder minha pesquisa. Mas ela estava

decidida a falar comigo. Rimos sobre as iniciais de seu nome, como forma de espantar o nervosismo de ambas. Eu olhava fixamente em seus olhos e era recíproco. A entrevista fluiu. Só esqueci de perguntar sua idade, fato que corrigiria com as demais, posteriormente. O que mais me chamou a atenção em seu relato, foi a relutância inicial do marido com relação à sua participação no programa. Entretanto, ela relatou que “ele foi dobrado” pela professora do programa. Embora o marido passasse a aceitar sua participação no programa, ela ainda o apontava como principal dificuldade em dar continuidade no projeto:

*M.C: Eu já estudava. O projeto me deu mais liberdade para sair de casa. O marido tirava de casa só para prejudicar. No mercado, a professora conversou com ele. Agora ele até incentiva.*

Também percebi o quanto a sua participação ultrapassava a relação de aluno-professor. Agora ela se sentia mais confiante.

*M.C: Mas me sinto mais confiante por causa dos direitos da gente - da mulher, que aprendemos aqui.*

Quando interrogada se o fato de ser mulher atrapalhava no mundo do trabalho, ela respondeu que sim:

*M.C : Eles acham que não somos capaz. Reclamam que não trabalha, mas somos quem mais trabalha. Não temos folga.*

Lemos juntos os trechos dos poemas. Seus olhos brilhavam. Acabou mais uma entrevista. Concluímos com um abraço. Apareceu outra mulher na porta. Eu estava com sorte. Lá dentro minha propaganda era boa. Não afastei aquelas pessoas.

“S” tinha 60 anos. Minha segunda entrevistada. Já sabia artesanato, então, em suas palavras, o programa trouxe como mudança mais significativa, o retorno aos estudos. Sobre o apoio, ela respondeu:

*S: Os filhos apoiam. Tenho um filho professor. Ajudo ele fazendo atividades em EVA.*

Sobre a questão das desigualdades de gênero no mercado de trabalho, ela não concorda que o fato de ser mulher dificulta algo:

*S: Nunca atrapalhou. Sempre fui independente. Desde os 18 anos.*

Porém, quando questionada sobre as dificuldades que enfrentou para realizar o curso, ela respondeu:

*S: Sair cedo, fazer almoço. Atrapalha as atividades de casa.*

Leitura dos poemas finalizada. Lá se vai a segunda entrevista. A terceira se aproxima. “I” tem 46 anos. Sorridente. Nem diria que um dia foi irritada:

*I: Não fico mais irritada. Não fico mais angustiada. Converso com amigos. Trabalho. Vou para a escola. Tudo o que a gente quer, a gente consegue.*

Assim, distribuindo palavras positivas, ela aponta as mudanças ocorridas pós sua participação no programa e como a família encarava:

*I: Viram uma mudança diferente. Participo mais das coisas. Ficava só em casa. Era muito irritada. Vivia mais trabalhando. Aqui a gente conversa.*

Sobre o sucesso ocasionado pela participação no programa, ela nos traz o porquê de ter sido bom:

*I: Porque tinha coisas que queria aprender. Aqui aprendi muito. Não sabia matemática, nem português. Vou aprender Artes. Sai da escola na 4ª série com 10 anos. Morava no sítio.*

Algo que me surpreendeu em sua fala foi a sua visão de mundo. Ela não aponta desigualdades entre homem e mulher no mundo do trabalho:

*I: Temos os mesmos direitos que os homens. Antigamente atrapalhava. Hoje temos direitos iguais. Antes era difícil. Só meu pai podia. Minha mãe não lutava. Eu não queria ser como ela.*

E, mais uma vez, a figura do marido aparece como ponto negativo para a continuidade no programa:

*I: Meu marido disse que eu tinha que ficar mais em casa. Para cuidar dos filhos. Achava que só ele tinha que sair para lutar, conquistar. Ele não é uma pessoa ruim.*

Ela adorou o poema da Cristiane Sobral. Agradeceu por participar da entrevista.

“P” se aproxima. Tem 36 anos. É mais introspectiva. Parece estar mais emocionada. Tomo cuidado com o tom de voz. Ela vai adquirindo confiança. Na terceira pergunta, quando pergunto sua opinião sobre sua participação no programa, ela se abre:

*P: Me ajudou numa fase pessoal. Teria entrado em depressão. Ajudou no pessoal. Conheci pessoas para desabafar. O curso me dá coragem de estudar. O marido estuda através daqui.*

Em seguida ela se diz mais feliz e confiante em si, após participar do programa. Ela não percebe desigualdade de gênero no mercado de trabalho. Disse se sentir mais confiante para encarar o mundo do trabalho:

*P: Já trabalhava desde os 9. Ainda trabalho. Faço diária. Tive lojinha também. Antes do ocorrido.*

Também não vivenciou nenhuma dificuldade para participar do programa. Pelo contrário, sua família apoia. Depois da leitura do primeiro poema, ela caiu em choro. Pediu desculpas. Ela disse que não foi culpada. Disse que ocorreu um fato antes dela chegar ali e agora, coincidentemente, fazia sentido com o poema. Quase chorei junto. Agradecemos uma à outra pela troca de confiança.

A quinta entrevistada se aproxima. Espirituosa. “G” tem 29 anos. É jovem. Sonhadora. Disse que a participação no programa foi boa porque agora tinha uma renda a mais. Ela dividiu comigo um sonho: ser psicóloga. Daí o porquê de se sentir mais confiante e ter gostado tanto da aula de Psicologia:

*G: Porque aqui ensinam nossos direitos. Lá fora tem muito preconceito. Falar com os outros. Na vida a gente tem que aprender a dizer sim e não, como a professora, psicóloga Cíntia ensinou. Eu quero fazer faculdade. Quero fazer Psicologia. Por mais que digam que é difícil. Eu vou.*

Também não encara o fato de ser mulher como algo que dificulte no mercado de trabalho. Não teve dificuldade em realizar o curso. Quando li o poema “Não vou mais lavar pratos”, ela se entusiasmou. Disse que não vai mais parar de estudar. Saiu feliz.

Terminei minha entrevista com “M”. “M” de mar. Ela, Dora mar, tem 56 anos. Disse-me que o que mais contribuiu para a mudança em sua vida foi o fato de voltar a

estudar. Disse que está sendo ótimo participar do programa porque encarou a vida de outra forma:

*M: Ótimo. Porque com 54 anos já tava na fase "tô velha", "vou ficar no meu cantinho". Uma vizinha me convidou. Ela me incentivou e eu vim. Fui me apaixonando pelo aprendizado. Isso mudou minha vida. Agora que a vida começou.*

Por isso agora se sentia mais feliz e confiante, principalmente com o apoio dos filhos. Porém, seu esposo não partilha da mesma opinião:

*M: Os filhos (3 casados) apoiaram. Por outro lado, sou casada pela segunda vez. Meu marido não suporta o que deixa o outro feliz. Esse curso me tira de casa. Ele me menospreza. O curso me dá autoestima. Tô começando a viver.*

A atividade com que mais se identificou foi o canto:

*M: O canto me desperta, mas o plantio tá mexendo comigo. Era a vida da minha mãe - plantar ervas medicinais.*

Ela se sente mais confiante para trabalhar fora:

*M: Porque há dois anos me achava incapaz. Agora eu tenho conteúdo. Eu era cega. Agora tenho conhecimento.*

Não identifica problemas de gênero no mundo do trabalho:

*M: Há cargos. Para mulher tem tanta atividade. Ela tem diversidades para trabalhar. Se quer só uma coisa encontra barreira.*

Também apontou que a opinião do marido é uma grande dificuldade de enfrentamento para participar do Programa “Mulheres Mil”:

*M: O marido - primeira dificuldade até agora. Para viajar pelo curso, preciso comprá-lo. Faço barganha, vou de barco para a ilha, que tenho medo, se ele me deixar ir nos passeios.*

Com base nessas questões, nesses fragmentos de vida, podemos analisar que muitas delas possuem um passado sofrido e que ainda sofrem imposições do marido. Entretanto, se declaram mais felizes, mais confiantes em si e sonham com uma vida melhor. Sem dúvida, o trabalho desenvolvido no Programa “Mulheres Mil” contribui para que as mulheres mudem os rumos de suas histórias, reinserindo-as no ambiente escolar. De acordo com seus relatos, houve uma mudança significativa em suas vidas. Agora elas se percebem como protagonistas da sua própria história.

No dia 06 de julho de 2015, fui apreciar a apresentação do Coral do IFPR. Duas colegas se apresentariam. “M” e “S” cantaram lindamente! Interpretaram a música “Mais uma vez” de Renato Russo. Cantaram para nossos corações. Sim, quem acredita sempre alcança!

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola faz investimentos no corpo e por meio deles acontecem pedagogias da sexualidade. É preciso repensar a escola. Repensar as práticas educativas firmadas na invisibilidade da sexualidade e no silêncio sobre as diversas formas de amar. Essas práticas fazem com que a escola torne-se homofóbica, sexista e machista.

Logo, a escola tem um papel fundamental na desmistificação destas diferenças, além de ser um importante instrumento na construção de valores e atitudes, que permitam um olhar mais crítico e reflexivo sobre as identidades de gênero, ao invés de ser um lugar de práticas de desigualdades e de produção de preconceitos e discriminações.

Esta pesquisa buscou, portanto, entender que o programa Mulheres Mil, através das suas práticas, vivenciada com as mulheres de Paranaguá vem promovendo o resgate e a equidade, além de cumprir com o seu objetivo maior que é melhorar a qualidade de vida dessas mulheres e das suas comunidades através da inserção das mesmas no mundo do trabalho. Apesar dos problemas enfrentados por essas mulheres participantes do Programa, notamos uma mudança de vida e um desejo de futuro melhor: almejam estudar, trabalhar, capacitar-se e proporcionarem melhores condições de vida para si e seus filhos.

Este trabalho teve como intuito, portanto, demonstrar a urgente necessidade de que os cursos de Educação desnaturalizem as práticas discursivo-institucionais e as relações de poder que constituem nossos corpos no tocante ao dispositivo da sexualidade. Ou a escola aprende a politizar as questões de gênero e sexualidade ou continuará guardiã das normas que tanto excluem, violentam e matam.

## 8. REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 28 out. 2014.

BRASIL. IFTPR – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná - **Histórico da Instituição**. Disponível em: <<http://www.ifto.edu.br>>. Acesso em 29 abr. 2015.

BRASIL. **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm)>. Acesso em 08 maio 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sinopse do Censo Demográfico 2010**: Tabela 1.11, População residente, por situação do domicílio e sexo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação. Rio de Janeiro, 2010. Acesso em: 22 abr. 2015.

\_\_\_\_\_, Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000. Rio de Janeiro, 2002.

LOURO, Guacira. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_, **O Corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora / UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2013.

NERY, João W. **Viagem solitária: memórias de um transexual trinta anos depois**. São Paulo: Leya, 2011.

PARANAGUÁ. **Urbanização, Regulamentação e Integração de assentamentos precários: Projeto da Anhaia**. Paranaguá: Prefeitura de Paranaguá, 2012.

\_\_\_\_\_, PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE PARANAGUÁ. Universidade Federal do Paraná. Fundação da Universidade Federal do Paraná. VOLUME II – Diretrizes, Propostas e Ações Prioritárias. Disponível em: <[http://www.paranagua.pr.gov.br/plano\\_diretor/+%20PLANO%20DIRETOR/PDF/PD%20DI%20-%20Volume%20II%20-Diretrizes,%20Propostas%20e%20Plano%20de%20A%C3%A7%C3%B5es%20e%20Investimento.pdf](http://www.paranagua.pr.gov.br/plano_diretor/+%20PLANO%20DIRETOR/PDF/PD%20DI%20-%20Volume%20II%20-Diretrizes,%20Propostas%20e%20Plano%20de%20A%C3%A7%C3%B5es%20e%20Investimento.pdf)>. Acesso em: 22 abr. 2015.

PCN - **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/ Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

PROGRAMA MULHERES MIL. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 22 abr. 2015.

\_\_\_\_\_, MULHERES MIL. Disponível em: <<http://paranagua.ifpr.edu.br>>. Acesso em 10 maio 2015

\_\_\_\_\_, **Programa oferece capacitação para mulheres do Porto Seguro** Disponível em: <<http://www.paranagua.pr.gov.br/noticias/noticia4563.html>>. Publicado em 13 Set. 2013

RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO. Brasília, junho, 2013. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=130748&tp=1>>. Acesso em: 22 abr. 2015.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ (SEED). **Estado do Paraná: educação**. 2013. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

**9. ANEXOS****QUESTIONÁRIO**

**Nome:** (Iniciais)

**1- Sua vida mudou depois de participar do Programa Mulheres Mil?**

( ) Sim ( ) Não

**2- Se mudou, o que mais contribuiu para a mudança?**

( ) Voltar a estudar

( ) Criar - nas aulas de artesanato, plantio, etc.

**3- Foi bom participar do programa?**

( ) Sim

( ) Não

( ) Mais ou Menos

Por quê?.....

**4- Como você se sente depois de participar do programa?**

( ) Mais feliz

( ) Do mesmo jeito de antes

( ) Mais confiante em mim mesma

**5- Sua família ficou feliz com sua participação no programa?**

( ) Sim ( ) Não

**6- Com qual atividade mais se identificou. Por quê? .....**

**7- Você se sente mais confiante para trabalhar fora depois de participar do programa?**

( ) Sim

( ) Não

Por quê?.....

**8- Você acha que o fato de ser mulher atrapalha no mundo do trabalho?**

( ) Sim

( ) Não

Por quê?.....

**9- Quais as dificuldades que enfrentou para participar do programa “Mulheres mil”?.....**

**ENTREVISTA 1**

**Nome:** MC

**1- Sua vida mudou depois de participar do programa?**

Sim ( ) Não

**2- Se mudou, o que mais contribuiu para a mudança?**

( ) Voltar a estudar

Criar - nas aulas de artesanato, plantio, etc.

*Eu já estudava. O programa deu mais liberdade para sair de casa. O marido tirava de casa só para prejudicar. No mercado a professora conversou com ele. Agora ele até incentiva.*

**3- Foi bom participar do programa?**

Sim

( ) Não

( ) Mais ou Menos

Por quê? *Segunda, quarta e quinta artesanato.*

**4- Como você se sente depois de participar do programa?**

Mais feliz

( ) Do mesmo jeito de antes

Mais confiante em mim mesma

**5- Sua família ficou feliz com sua participação no programa?**

Sim ( ) Não

**6- Com qual atividade mais se identificou. Por quê?**

*Artesanato todas. Mas tem horta, biojóias.*

**7- Você se sente mais confiante para trabalhar fora depois de participar do programa?**

Sim

( ) Não

Por quê? *Porque já trabalhei. Mas me sinto mais confiante por causa dos direitos da gente - da mulher, que aprendemos aqui.*

**8- Você acha que o fato de ser mulher atrapalha no mundo do trabalho?**

Sim

( ) Não

Por quê? *Eles acham que não temos capaz. Reclamam que não trabalha, mas somos quem mais trabalha. Não temos folga.*

**9- Quais as dificuldades que enfrentou para participar do programa "MULHERES MIL"?**

*O marido*

## ENTREVISTA 2

**Nome:** S, 60 anos.

**1- Sua vida mudou depois de participar do programa?**

(X) Sim ( ) Não

**2- Se mudou, o que mais contribuiu para a mudança?**

(X) Voltar a estudar

( ) Criar - nas aulas de artesanato, plantio, etc.

*Artesanato eu já sabia.*

**3- Foi bom participar do programa?**

(X) Sim

( ) Não

( ) Mais ou Menos

*Por quê? Porque adorei.*

**4- Como você se sente depois de participar do programa?**

(X) Mais feliz

( ) Do mesmo jeito de antes

( ) Mais confiante em mim mesma

*Aprendi mais. Agora vendo o que aprendi a fazer.*

**5- Sua família ficou feliz com sua participação no programa?**

(X) Sim ( ) Não

*Os filhos apoiam. Tenho um filho professor. Ajudo ele fazendo atividades em EVA.*

**6- Com qual atividade mais se identificou. Por quê?**

*A maioria eu já sabia. Gosto mais de trabalhar com cipó, fibra de bananeira, arco, chapéu, cesto, puff com pet, filtro de café e escama de peixe.*

**7- Você se sente mais confiante para trabalhar fora depois de participar do programa?**

( ) Sim

( ) Não

*Por quê? Gosto de trabalhar em casa. É mais sossegado.*

**8- Você acha que o fato de ser mulher atrapalha no mundo do trabalho?**

( ) Sim

(X) Não

*Por quê? Nunca atrapalhou. Sempre fui independente. Desde os 18 anos.*

**9- Quais as dificuldades que enfrentou para participar do programa “MULHERES MIL”?**

*Sair cedo, fazer almoço. Atrapalha as atividades de casa.*

**ENTREVISTA 3**

**Nome:** I, 46 anos.

**1- Sua vida mudou depois de participar do programa?**

Sim ( ) Não

**2- Se mudou, o que mais contribuiu para a mudança?**

Voltar a estudar

Criar - nas aulas de artesanato, plantio, etc.

**3- Foi bom participar do programa?**

Sim

( ) Não

( ) Mais ou Menos

Por quê? *Porque tinha coisas que queria aprender. Aqui aprendi muito. Não sabia matemática, nem português. Vou aprender Artes. Sai da escola na 4° série com 10 anos. Morava no sítio.*

**4- Como você se sente depois de participar do programa?**

Mais feliz

( ) Do mesmo jeito de antes

Mais confiante em mim mesma

**5- Sua família ficou feliz com sua participação no programa?**

Sim ( ) Não

*Viram uma mudança diferente. Participo mais das coisas. Ficava só em casa. Era muito irritada. Viviam mais trabalhando. Aqui a gente conversa.*

**6- Com qual atividade mais se identificou. Por quê?**

*Plantas. Plantava, morria. Aprendi compostagem.*

**7- Você se sente mais confiante para trabalhar fora depois de participar do programa?**

Sim

( ) Não

Por quê? *Não fico mais irritada. Não fico mais angustiada. Converso com amigos. Trabalho. Vou para a escola. Tudo o que a gente quer, a gente consegue.*

**8- Você acha que o fato de ser mulher atrapalha no mundo do trabalho?**

( ) Sim

Não

Por quê? *Temos os mesmos direitos que os homens. Antigamente atrapalhava. Hoje temos direitos iguais. Antes era difícil. Só meu pai podia. Minha mãe não lutava. Eu não queria ser como ela.*

**9- Quais as dificuldades que enfrentou para participar do programa “MULHERES MIL”? *Meu marido disse que eu tinha que ficar mais em casa. Para cuidar dos filhos. Achava que só ele tinha que sair para lutar, conquistar. Ele não é uma pessoa ruim.***

**ENTREVISTA 4**

**Nome:** P, 36 anos.

**1- Sua vida mudou depois de participar do programa?**

Sim ( ) Não

**2- Se mudou, o que mais contribuiu para a mudança?**

Voltar a estudar

Criar - nas aulas de artesanato, plantio, etc.

**3- Foi bom participar do programa?**

Sim

( ) Não

( ) Mais ou Menos

Por quê? *Me ajudou numa fase pessoal. Teria entrado em depressão. Ajudou no pessoal. Conheci pessoas para desabafar. O curso me dá coragem de estudar. O marido estuda através daqui.*

**4- Como você se sente depois de participar do projeto?**

Mais feliz

( ) Do mesmo jeito de antes

Mais confiante em mim mesma

**5- Sua família ficou feliz com sua participação no programa?**

Sim ( ) Não

**6- Com qual atividade mais se identificou. Por quê?**

*Artesanato. Reciclável. Caixas de leite, pet e fuxico.*

**7- Você se sente mais confiante para trabalhar fora depois de participar do programa?**

( ) Sim

( ) Não

Por quê? *Já trabalhava desde os 9. Ainda trabalho. Faço diária. Tive lojinha também.*

**8- Você acha que o fato de ser mulher atrapalha no mundo do trabalho?**

( ) Sim

Não

Por quê? *Temos os mesmos direitos.*

**9- Quais as dificuldades que enfrentou para participar do programa "MULHERES MIL"?**

*Nenhum.*

**ENTREVISTA 5**

**Nome:** G, 29 anos

**1- Sua vida mudou depois de participar do programa?**

(X) Sim ( ) Não

**2- Se mudou, o que mais contribuiu para a mudança?**

( ) Voltar a estudar

(X) Criar - nas aulas de artesanato, plantio, etc.

*Já estudava antes.*

**3- Foi bom participar do programa?**

(X) Sim

( ) Não

( ) Mais ou Menos

*Por quê? Porque a gente aprendeu artesanato. Uma renda a mais.*

**4- Como você se sente depois de participar do programa?**

(X) Mais feliz

( ) Do mesmo jeito de antes

(X) Mais confiante em mim mesma

**5- Sua família ficou feliz com sua participação no programa?**

(X) Sim ( ) Não

**6- Com qual atividade mais se identificou. Por quê?**

*Gostei de todas. Gostei de uma aula de Psicologia da Professora Cintia.*

**7- Você se sente mais confiante para trabalhar fora depois de participar do programa?**

(X) Sim

( ) Não

*Por quê? Porque aqui ensinam nossos direitos. Lá fora tem muito preconceito. Falar com os outros. Na vida a gente tem que aprender a dizer sim e não, como a psicóloga ensinou. Eu quero fazer faculdade. Quero fazer Psicologia. Por mais que digam que é difícil. Eu vou.*

**8- Você acha que o fato de ser mulher atrapalha no mundo do trabalho?**

(X) Sim

( ) Não

*Por quê? Antigamente atrapalhava mais. Ainda tem preconceito.*

**9- Quais as dificuldades que enfrentou para participar do programa "MULHERES MIL"?**

*Graças a Deus não tive.*

**ENTREVISTA 6**

**Nome:** M, 56 anos

**1- Sua vida mudou depois de participar do programa?**

Sim ( ) Não

**2- Se mudou, o que mais contribuiu para a mudança?**

Voltar a estudar

( ) Criar - nas aulas de artesanato, plantio, etc.

**3- Foi bom participar do programa?**

Sim

( ) Não

( ) Mais ou Menos

*Por quê? Ótimo. Porque com 54 anos já tava na fase "tou velha", "vou ficar no meu cantinho". Uma vizinha me convidou. Ela me incentivou e eu vim. Fui me apaixonando pelo aprendizado. Isso mudou minha vida. Agora que a vida começou.*

**4- Como você se sente depois de participar do programa o?**

Mais feliz

( ) Do mesmo jeito de antes

Mais confiante em mim mesma

**5- Sua família ficou feliz com sua participação no programa?**

Sim ( ) Não

*Os filhos (3 casados) apoiaram. Por outro lado, sou casada pela segunda vez. Meu marido não suporta o que deixa o outro feliz. Esse curso me tira de casa. Ele me menospreza. O curso me dá autoestima. Tou começando a viver.*

**6-Com qual atividade mais se identificou. Por quê?**

*O canto me desperta, mas o plantio tá mexendo comigo. Era a vida da minha mãe - plantar ervas medicinais.*

**7- Você se sente mais confiante para trabalhar fora depois de participar do programa?**

Sim

( ) Não

*Por quê? Porque há dois anos me achava incapaz. Agora eu tenho conteúdo. Eu era cega. Agora tenho conhecimento.*

**8- Você acha que o fato de ser mulher atrapalha no mundo do trabalho?**

( ) Sim

Não

*Por quê? Há cargos. Para mulher tem tanta atividade. Ela tem diversidades para trabalhar. Se quer só uma coisa encontra barreira.*

**9- Quais as dificuldades que enfrentou para participar do programa "MULHERES MIL"?**

*O marido- primeira dificuldade até agora. Para viajar pelo curso, preciso comprá-lo. Faço barganha, vou de barco, para a ilha, que tenho medo, se ele me deixar ir aos passeios.*

**“Mulheres mil”**

Obrigada por compartilharem suas vidas comigo. Presenteio vocês com poesias. Porque elas falam ao nosso coração. Beijos, Vanessa.

**Tecendo a Manhã**  
**(João Cabral de Melo Neto)**

Um galo sozinho não tece uma manhã:  
 ele precisará sempre de outros galos.  
 De um que apanhe esse grito que ele  
 e o lance a outro; de um outro galo  
 que apanhe o grito de um galo antes  
 e o lance a outro; e de outros galos  
 que com muitos outros galos se cruzem  
 os fios de sol de seus gritos de galo,  
 para que a manhã, desde uma teia tênue,  
 se vá tecendo, entre todos os galos.  
 E se encorpando em tela, entre todos,  
 se erguendo tenda, onde entrem todos,  
 se entretendendo para todos, no toldo  
 (a manhã) que plana livre de armação.  
 A manhã, toldo de um tecido tão aéreo  
 que, tecido, se eleva por si: luz balão.

**Não Vou Mais Lavar Pratos**  
**(Cristiane Sobral)**

Não vou mais lavar os pratos  
 Nem vou limpar a poeira dos móveis  
 Sinto muito. Comecei a ler.  
 Abri outro dia um livro e uma semana depois decidi  
 Não levo mais o lixo para a lixeira.  
 Nem arrumo a bagunça das folhas que caem no quintal  
 Sinto muito. Depois de ler percebi a estética dos pratos,  
 a estética dos traços, a ética,  
 Olho minhas mãos quando mudam a página dos livros,  
 mãos bem mais macias que antes,  
 e sinto que posso começar a ser a todo instante.